

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.136 - PR (2018/0288273-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : HELIO REZENDE
ADVOGADOS : DANIEL SANCHEZ PELACHINI - PR060601
DAVID SANCHEZ PELACHINI - PR066033

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional de Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que negou seguimento ao seu recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o agravante que a análise do pleito recursal não enseja o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

O prazo para contraminuta ao agravo em recurso especial decorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERIMENTO.

1. Condições para haver benefício por incapacidade atendidas.
2. Deliberação sobre índices de correção monetária e taxas de juros diferida para a fase de cumprimento de sentença, a iniciar-se com a observância dos critérios da Lei 11.960/2009, de modo a racionalizar o andamento do processo, permitindo-se a expedição de precatório pelo valor incontroverso, enquanto pendente no Supremo Tribunal Federal decisão sobre o tema com caráter geral e vinculante. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Regional Federal da Quarta Região.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o recorrente, ora agravante, que o Tribunal *a quo* negou vigência ao artigo 508 do CPC/2015, uma vez que se reputam deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor ao acolhimento ou rejeição do pedido. Acrescenta que o pedido de aposentadoria com base no requerimento administrativo de 4/1/2008 foi objeto de ação anterior que transitou em julgado.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial decorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Helio Resende ajuizou ação em face do INSS, objetivando a concessão de benefício por incapacidade.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido.

Ambas as partes apelaram e a remessa necessária foi tida por interposta, tendo o Tribunal de origem negado provimento a todos os recursos, nos termos da ementa supratranscrita.

O INSS opôs embargos de declaração, rejeitados.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

Cinge-se a questão recursal em determinar se está caracterizada a coisa julgada em decorrência do trânsito em julgado de ação anterior em que o recorrido, ora agravado, postulou a concessão de aposentadoria com requerimento administrativo feito em 4/1/2008.

Acerca da questão, o Tribunal *a quo* consignou que se trata de causa de pedir distinta, não havendo que se falar em coisa julgada, conforme se observa do seguinte trecho do acórdão, *in verbis* (e-STJ fls. 181):

Não se verifica coisa julgada, devendo ser mantida a sentença que assim resolveu a questão:

Ao contrário do que defende o INSS, o acórdão transitado em julgado no processo 5015707-97.2012.404.7001 não fez coisa julgada em relação à pretensão agora deduzida pelo autor.

Como visto no item 2.1, acima, a pretensão do autor de recebimento de aposentadoria por invalidez desde 24.01.2008, que em um primeiro momento foi acolhida pela sentença de primeira instância, foi expressamente afastada pela 2ª Turma Recursal do Paraná pelo fato de o segurado não ter mencionado na petição inicial e nas contrarrazões ao recurso interposto pelo INSS que havia feito requerimento administrativo no dia 04.01.2008. É justamente este requerimento, entretanto, que constitui a causa de pedir do presente processo. Em outras palavras, o fundamento agora trazido pela parte autora para o acolhimento de seu pedido é exatamente aquele cuja ausência levou ao reconhecimento apenas parcial de seu direito no processo 5015707- 97.2012.404.7001. Está claro, desta forma, que esta ação possui causa de pedir distinta da anterior, não se tratando de demandas idênticas, motivo pelo qual deve ser afastada a ocorrência de coisa julgada.

Não incide a prejudicial.

No contexto firmado pelo Tribunal *a quo* acerca da não existência de coisa julgada, forçoso concluir que a pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. COISA JULGADA. VERIFICAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Caso em que o Tribunal local reconheceu a existência de coisa julgada, extinguindo o processo sem resolução de mérito.
3. A jurisprudência do STJ está consolidada no sentido de que, reconhecida no acórdão recorrido a identidade de partes, pedidos e causas de pedir entre o processo atual e outro anterior, nova análise demanda exame do material fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 /STJ.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.
(REsp 1.518.863/GO, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 5/8/2015)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. E, quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao artigo 85 do CPC/2015 combinado com o Enunciado Administrativo 7/STJ, majoro os honorários de advogado recursais para o percentual de 11% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator